

DECRETO Nº 5645

Disciplina as atribuições,  
organização, composição e fun-  
cionamento do Conselho Muni-  
cipal do Patrimônio Histórico e  
Cultural.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no  
uso de suas atribuições legais e de conformidade com o dis-  
posto no art. 2º da Lei nº 4139, de 9 de julho de 1976,

D E C R E T A :

Art. 1º - São atribuições do Conselho Muni-  
cipal do Patrimônio Histórico e Cultural:

I - Assessorar a Administração Municipal  
quanto à defesa do patrimônio histórico e cultural do Muni-  
cípio, opinando em assunto de sua competência, quando soli-  
citada pelo Prefeito Municipal ou Secretário Municipal de E-  
ducação e Cultura;

II - Estabelecer critérios para enquadramen-  
to dos valores culturais, representados por peças, prédios  
e espaços a serem preservados, tombados ou desapropriados;

III - Sugerir a inclusão ou exclusão, no pa-  
trimônio municipal, de bens considerados históricos ou cul-  
turais;

IV - Defender, por todos os meios a seu al-  
cance, o patrimônio histórico e cultural do Município.

Art. 2º - Para efeitos administrativos, o  
Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural esta-  
rá diretamente vinculado à Secretaria Municipal de Educação  
e Cultura.

Art. 3º - O Conselho Municipal do Patrimô

. . . . .

nio Histórico e Cultural será composto por 11 (onze) membros designados pelo Prefeito Municipal, assim distribuídos:

a) quatro (4) membros representativos das seguintes entidades: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Instituto de Arquitetos do Brasil (Secção do Rio Grande do Sul), Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul e Associação Riograndense de Imprensa;

b) três (3) funcionários municipais estáveis ou inativos, devendo necessariamente um (1) ser Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais e um (1) Engenheiro ou Arquiteto;

c) três (3) funcionários da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pertencentes a qualquer categoria funcional, inclusive titulares de Cargo em comissão;

d) o Secretário Municipal de Educação e Cultura ou seu substituto legal.

§ 1º - Serão nomeados, no mesmo ato, um suplente para cada conselheiro, dotado das mesmas qualificações e com mandato de igual período ao do titular, sendo que os suplentes dos titulares constantes da letra "a" deste artigo serão indicados pelas entidades respectivas, e os da letra "c" e "d" serão necessariamente os substitutos legais nos cargos que ocupam na SMEC.

§ 2º - O Secretário Municipal de Educação e Cultura é o presidente nato do Conselho, tendo direito a voto;

§ 3º - os conselheiros, à exceção do Secretário Municipal de Educação e Cultura, serão renovados Bienalmente, sendo permitida a recondução por até três mandatos sucessivos;

§ 4º - para os efeitos da renovação bienal

. . . . .

III

do terço, os membros do Conselho Municipal de Educação e Cultura serão assim agrupados:

a) primeiro terço: o representante do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, um membro dos constantes da letra "b" deste artigo e um membro dos constantes da letra "c" também do presente artigo:

b) segundo terço: o representante do Instituto de Arquitetos do Brasil (Secção do Rio Grande do Sul), um membro dos constantes da letra "b" deste artigo e um membro dos constantes da letra "c" também do presente artigo:

c) terceiro terço: os demais ainda não substituídos.

Art. 4º - O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural funcionará com o "quorum" mínimo de seis (6) conselheiros, e reunir-se-á em dia e horário a ser estabelecido em seu Regimento Interno.

§ 1º - O Regimento Interno do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural será elaborado no prazo de sessenta (60) dias contados a partir da sessão de instalação, e disporá sobre o andamento dos processos, das atribuições administrativas de seus membros e demais disposições julgadas necessárias a seu funcionamento.

§ 2º - O Regimento Interno do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural, após elaborado, será submetido à apreciação do Prefeito Municipal, para a aprovação.

Art. 5º - Aplica-se no que couber, as Disposições Gerais constantes do Título II do Decreto nº 4530,

. . . . .

de 27 de março de 1972.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 21 de setembro de 1976.

*Guilherme Socias Villela*  
Guilherme Socias Villela  
Prefeito

Attila Sá d'Oliveira  
Secretário Municipal de Educação e Cultura

Registre-se e publique-se

*Oly Erico da Costa Fachin*  
Oly Erico da Costa Fachin  
Secretário do Governo Municipal